

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CRENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional Ltda – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade

avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional Ltda, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Preparatório BACEN - Procurador (ATUALIZADO)

CARGA HORÁRIA: 201 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 26 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 90 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Através do ensino a distância você poderá fazer o preparatório online de BACEN - Procurador (ATUALIZADO), que abrirá novos horizontes profissionais para quem deseja aprofundar seus conhecimentos.

Neste curso online você poderá estudar em casa por um material de qualidade e obter uma melhor colocação profissional em pouco tempo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;

- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Organização judiciária trabalhista e investidura dos juízes

Jurisdição e competência trabalhista

Recursos Trabalhistas I

Recursos Trabalhistas II

Recursos Trabalhistas III

Recursos Trabalhistas IV

Estrutura dos atos de execução

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Execução de Sentença

Recursos de natureza extraordinária I

Recursos de natureza extraordinária II

Recursos de natureza extraordinária III

Recursos de natureza extraordinária IV

Recursos de natureza extraordinária V

Ato administrativo

Atividades administrativas ? parte I (serviço público)

Atividades administrativas ? parte II

Teoria geral do processo ? processo administrativo disciplinar

Agentes públicos

Intervenção do Estado na propriedade privada

Bens públicos

Responsabilidade civil extracontratual do Estado

O controle da legalidade da administração pública

Obrigações em geral e modalidades

Obrigações: transmissão, adimplemento e extinção

Obrigações: extinção e inadimplemento

Obrigações e contratos

Contratos em geral

Contratos em espécie: compra e venda

Contratos em espécie: contrato estimatório, doação e locação

Contratos em espécie: empréstimo, empreitada, depósito e mandato

Contratos em espécie: fiança, transporte e seguro

Direito das coisas: posse e propriedade em geral

Aquisição da propriedade e direitos de vizinhança

Condomínio, propriedade resolúvel, propriedade fiduciária e direitos reais sobre coisa alheia

Usufruto e direitos reais de garantia

Direito de família - casamento e divórcio

Direito de família - filiação, colocação em família substituta e poder familiar

Direito de família: regime de bens e união estável

Direito de família: alimentos e tutela

Direito de família: alimentos e tutela ? sucessão em geral
Sucessão em geral e sucessão legítima
Sucessão testamentária I
Sucessão testamentária e responsabilidade civil
Empresário
Teoria geral das sociedades
Sociedades em espécie
Sociedades em espécie
Títulos de crédito
Recuperação da empresa
Falência
Contratos mercantis
Propriedade industrial
Concorrência e consumidor
Concorrência e consumidor
Controle de constitucionalidade de leis e atos normativos
Controle de constitucionalidade ? controle difuso realizado pelo poder judiciário
Controle de constitucionalidade II
Controle de constitucionalidade III
Direito Internacional público
Direito Internacional público
Sujeitos e fontes de Direito Internacional público
Sujeitos e fontes de Direito Internacional público
Tratados
Tratados
Direito do estrangeiro
Direito do estrangeiro
Mercosul e União Européia
Mercosul e União Européia
Competência
Competências, atos processuais e nulidades/invalidades
Linhas introdutórias I
Linhas introdutórias II
O inquérito policial I
Inquérito policial II
Atos processuais
Ação penal I
Ação penal II
Jurisdição e competência
Competencia Ratione Loci I
Competencia Ratione Loci II
Prisão temporária, prisão em flagrante e prisão domiciliar
O novo regime da prisão preventiva
Medidas cautelares diversas da prisão e concessão de liberdade provisória com ou sem fiança
Teoria geral das provas
Provas em espécie
Questões e processos incidentes I
Questões e processos incidentes II
Questões e processos incidentes III
Procedimento Penais
Procedimento do júri
Teoria geral dos recursos
Apelação
Recurso em sentido estrito
Habeas corpus
Revisão criminal
Estrutura e organização da justiça do trabalho
Jurisdição e competência

Princípios do processo, atos, termos e prazos
Dissídios individuais I
Dissídios individuais II
Dissídios individuais III
Teoria geral dos recursos I - Conceito e Princípios Fundamentais
Teoria geral dos recursos II - Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito de Recursos
Teoria geral dos recursos III - Efeito dos Recursos
Novo Regime do Agravo I
Novo Regime do Agravo II
Apelação I
Apelação II
Embargos de Declaração
Embargos Infringentes
Embargos de Divergência
Recurso Ordinário Constitucional
Fundamentos e Hipóteses de Cabimento dos Resp e Rext
Juízo de Admissibilidade e de Mérito do Rext e Resp
Prequestionamento no Rext e Resp
Processamento dos Recursos Extraordinário e Especial
Súmulas Vinculantes
Mandado de Segurança Individual I
Mandado de Segurança Individual II
Mandado de Injunção
Habeas Data
Ação Popular
Ação Civil Pública I
Ação Civil Pública II
Mandado de Segurança Coletivo I
Mandado de Segurança Coletivo II
Ação de Improbidade Administrativa
Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ação Declaratória de Constitucionalidade
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Os Juizados Especiais Cíveis e o Acesso à Justiça
Sujeitos e princípios processuais nos Juizados Especiais Cíveis
Institutos processuais nos Juizados Especiais Cíveis
Aspectos procedimentais nos Juizados Especiais Cíveis
Juizados Especiais Cíveis Federais: Lei 10.259/2001
Processo monitorio: ação monitoria I
Processo monitorio - Ação Monitoria II
Ação de Consignação em Pagamento / Ação de Prestação de Contas
Ações Possessórias I
Ações Possessórias II
Embargos de Terceiro
Petição inicial I
Petição inicial II
Atitudes do réu I
Atitudes do réu II
Atitudes do réu III
Partes e procuradores
Litisconsórcio I
Litisconsórcio II
Intervenção de terceiros I
Intervenção de terceiros II
Intervenção de terceiros III
Intervenção de terceiros IV
Intervenção de terceiros V
Formação, suspensão e julgamento do processo

Audiência Preliminar e Audiência de Instrução
O instituto da prova no processo civil I
O instituto da prova no processo civil II
O instituto da prova no processo civil III
O instituto da prova no processo civil IV
O instituto da prova no processo civil V
O instituto da prova no processo civil VI
O instituto da prova no processo civil VII
O instituto da prova no processo civil VIII
Sentença I
Sentença II
Coisa julgada I
Coisa julgada II
Coisa julgada Inconstitucional
Ação rescisória I
Ação rescisória II
Jurisdição
Tutela Jurisdicional Objetivada I
Tutela Jurisdicional Objetivada II
Competência
Ação: Elementos e Condições
Ação e suas Condições
Defesa e Exceção
Processo
Atos, Termos e Prazos Processuais
Vícios e Nulidades do Ato Processual
Introdução à tutela de urgência
Tutela cautelar
Processo cautelar
Antecipação de tutela: generalidades
Antecipação de tutela: espécies e requisitos de concessão
Antecipação de tutela: efetivação e peculiaridades
Tutela cautelar versus tutela antecipada
Poder geral de cautela
Provimentos antecipatórios em espécie
Competência no processo cautelar
Cessação, modificação e revogação da medida cautelar
Sentença e coisa julgada no processo cautelar
Responsabilidade objetiva nas tutelas de urgência
Ações cautelares específicas I
Ações cautelares específicas II
Ações cautelares específicas III
Tutela específica
Liminares contra o Poder Público
Tutela jurisdicional executiva
Títulos executivos judiciais
Títulos executivos extrajudiciais
Execução para pagamento de quantia certa I
Execução para pagamento de quantia certa II
Execução para pagamento de quantia certa III
Execução para pagamento de quantia certa IV
Execução para pagamento de quantia certa V
Defesa na execução - noções gerais
Defesa na execução
Defesa incidental - embargos
Defesa endoprocessual - exceção de pré-executividade
Defesa endoprocessual - impugnação
Defesa heterotópica

Liquidação I
Liquidação II
Cumprimento da sentença I
Cumprimento da sentença II
Cumprimento da sentença III e execução contra a Fazenda Pública
Execução fiscal
Execução para entrega de coisa certa ou incerta
Execução para cumprimento de obrigação de fazer e de não fazer
Execução de alimentos
O Direito Empresarial no Contexto da Gestão
A empresa como Entidade Econômica e sua Decodificação Jurídica: as Firms Individuais e as Sociedades Empresariais
Principais Instrumentos de Captação de Recursos no Brasil
Prática do Ato Empresarial, Insolvência e Reorganização Societária
Direito Econômico
Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)
Sistema Financeiro Nacional I
Sistema Financeiro Nacional II
Produtos e Serviços Financeiros I
Finanças Públicas: de que se trata?
Finanças Públicas: de que se trata?
Normas Gerais de Direito Financeiro
Normas Gerais de Direito Financeiro
Principais Instrumentos da Política Fiscal
Principais Instrumentos da Política Fiscal
Produtos e Serviços Financeiros II
Produtos e Serviços Financeiros III
Garantias do Sistema Financeiro Nacional
Tipos de Sociedade e Mercado de Câmbio
Crimes contra a fé pública - Parte 1
Crimes contra a fé pública - Parte 2
Teoria Constitucional: princípios fundamentais
Direitos e garantias fundamentais
Poder Legislativo, Processo Legislativo e Poder Executivo
Crimes contra a Administração Pública - Parte 1
Crimes contra a Administração Pública - Parte 2
Controle de Constitucionalidade
Crimes Falimentares I
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal I
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal II
Crimes contra o Sistema Financeiro: gestão fraudulenta e gestão temerária
Crimes contra o Sistema Financeiro: evasão de divisas
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal III
Fontes do Direito Internacional I
Fontes do Direito Internacional II
Sujeitos do Direito Internacional
Organizações internacionais
Licitações
Organizações internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU)
Processos de integração regional
Imunidades de jurisdição
Condição jurídica do estrangeiro
Responsabilidade internacional
Meios de solução de controvérsias e uso da força
Organização do Estado e da Administração Pública
Modelos teóricos de Administração Pública
Probidade na Administração Pública
Convênio, contrato de repasse e termo de cooperação
Fontes do Direito Internacional Privado

Contratos Internacionais
Estrutura da Norma do Direito Internacional Privado
Imunidades de Jurisdição e de Execução
Nacionalidade
Políticas Comerciais
Mercosul
Crimes contra o Sistema Financeiro: Informação Privilegiada e Crime de Lavagem de Dinheiro
Controle da Administração Pública
Gestão de Contratos
Os mercados financeiros: monetário, crédito, capitais e cambial
Crimes Falimentares II
Segurados da Previdência Social, Empresa e Empregador Doméstico
Financiamento da Seguridade Social
Seguridade Social: salário de contribuição e contribuições, obrigações, decadência e crimes
Plano de benefícios da Previdência Social II
Teoria do órgão, classificação e poderes do Estado
Princípios constitucionais referentes à Administração Pública
Princípios constitucionais da Administração Pública
Poderes administrativos
Noções de centralização, descentralização e desconcentração administrativa
Deveres e poderes administrativos
Seguridade Social
Seguridade Social: princípios constitucionais
Plano de Benefícios da Previdência Social I
Plano de Benefícios da Previdência Social III
Plano de Benefícios da Previdência Social IV
Plano de Benefícios da Previdência Social V
Orçamento Público
O Conceito de Orçamento Público
Noções de Estado, Governo e Administração Pública
Responsabilidade Civil da Administração Pública
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90 - II
Conceitos da Constituição
Licitação
Ética do Servidor Público: Decreto 1.171/94
Administração Pública
Súmulas vinculantes
Princípios Orçamentários
Créditos Adicionais: Lei 4.320/64, arts. 40 ao 46
Direito Constitucional
Direitos e Deveres Individuais e Coletivos I
Análise das bancas examinadoras
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90 - III
Lei 8.429/92: Improbidade Administrativa
Tribunal de Contas da União
Direitos e deveres individuais e coletivos II
Direitos e deveres individuais e coletivos III
Dos Direitos Sociais
Da nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos
Da organização do Estado
Da organização dos poderes: do Poder Legislativo
Poder Executivo, Poder Judiciário e Funções Essenciais da Justiça
Introdução ao Direito do Consumidor
Proteção da vida e da saúde do consumidor
Práticas comerciais
Legislação do Direito Orçamentário Brasileiro
Ciclo Orçamentário

Dicas de estudo para concursos públicos
Proteção Contratual
Sanções legais às violações do Código de Defesa do Consumidor
Crimes contra o Patrimônio I
Crimes contra o Patrimônio II
Crimes contra o Patrimônio III
Crimes contra o Patrimônio IV
Receita Pública
Direito Penal
Lei Penal no Tempo
Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro
Conflito de lei no espaço e preenchimento de lacunas jurídicas
Despesa Pública
Tópicos Especiais de Despesa Pública
Lei de Responsabilidade Fiscal
Lugar do crime, relação de causalidade e relevância da omissão
Crime consumado, crime tentado, desistência voluntária e arrependimento eficaz
Crime impossível, crime doloso e crime culposo
Do crime preterdoloso, erro sobre elementos do tipo e erro de proibição
Exclusão de ilicitude
Imputabilidade Penal
Concurso de pessoas
Exercícios de fixação
Pessoa natural
Pessoa jurídica
Bens
Atos, fatos e negócios jurídicos
Defeitos nos negócios jurídicos
Nulidades dos negócios jurídicos, prescrição e decadência
Ato ilícito e provas
Contratos administrativos
Concessão de serviços públicos na Lei 8.987/95
Parcerias Público-privadas na Lei 11.079/2004
Conceitos, esboço histórico e perspectiva econômica
Caracterização da falência, legitimidade ativa e passiva
Aspectos procedimentais da falência - Parte I
Aspectos procedimentais da falência - Parte II
Aspectos procedimentais da falência - Parte III
Atividade empresarial: aspectos teóricos e práticos
Atividade empresarial: efeitos da falência quanto aos bens do falido e quanto às pessoas e aos bens dos sócios e administradores - Parte I
Atividade empresarial: efeitos da falência ao falido, seus sócios e administradores - Parte II
Administração da falência - Parte I
Administração da falência - Parte II
Os contratos na Lei de Falências
Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte I
Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte II
Ineficácia e irrevogabilidade dos atos
Das medidas aplicáveis: declaração de ineficácia e ação revocatória
Negócios Jurídicos
Introdução ao Direito Tributário
Sistema Constitucional e Princípios do Direito Tributário
Imunidades Tributárias
Impostos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Legislação Tributária
Obrigação Tributária
Responsabilidade Tributária
Crédito Tributário: Lançamento e Suspensão da Exigibilidade

Extinção e Exclusão do Crédito Tributário
Garantias e Privilégios do Crédito Tributário e Administração Tributária.
Remédios Constitucionais
Direito do Trabalho
Relações de Emprego e Trabalho I
Relações de Emprego e Trabalho II
Contrato Individual de Trabalho
Extinção do Contrato de Trabalho I
Estabilidade e Garantia no Emprego
Extinção do Contrato de Trabalho II
Remuneração e Salário I
Remuneração e Salário II
Férias, Aviso Prévio e FGTS
Jornada de Trabalho, Flexibilização e Terceirização
Direito Coletivo do Trabalho
Conflitos coletivos de trabalho
Segurança e Medicina do Trabalho
Prescrição e decadência, convenções e acordos coletivos de trabalho e greve
Dicas para concursos públicos